

fazendo com a Câmara, não está dado ainda que nós vamos conseguir fazer isso com a rapidez que eu gostaria que fizesse, porque eu queria usar recursos ainda este ano, mas é bem provável que consigamos que a Câmara Municipal de forma excepcional, trate dessa mudança e consigamos em 2020 estar utilizando esses recursos, não só para compra de área, porque a ideia não é deixar de comprar área, a ideia é flexibilizar a utilização desse recurso no momento de dificuldade para construção de novas unidades, por exemplo, para que ele possa ser utilizado também, por exemplo, para fomentamos a construção de conjuntos habitacionais, para eu, por exemplo, poder fazer um retrofit em algum prédio do centro, que possa ser utilizado para habitação e que está abandonado ou que está ocupado e em situação precária. Então queremos flexibilizar um pouco esses recursos, que hoje só pode ser para comprar área, nós não estamos no momento em que o nosso problema é área. **Sra. Samira** - É, já comprou bastante área também, já usou bastante o FUNDURB. Agora uma outra coisa também que você tinha falado, era que alterou, vocês fizeram um decreto para alterar o aporte de 20 mil para 30 mil por unidade. **Sr. João Farias** - Isso foi uma mudança na lei. **Sra. Samira** - Isso, qual que é esse...? **Sr. João Farias** - Essa mudança é assim, nós temos um problema, algo que era positivo e que virou um problema, que também não é problema ruim, a Prefeitura conseguiu um aporte de 200 milhões com o Santander, de empréstimo. **Sra. Samira** - Isso era a próxima pergunta. **Sr. João Farias** -- Então vou responder duas de uma vez só, este 200 milhões, quando da aprovação pela câmara é do empréstimo, ele ficou vinculado diretamente a construção de unidades habitacionais, ou seja, só posso utilizar esses recursos para aportar para construção de unidades habitacionais. Quando foi feito o empréstimo, tinha uma expectativa que não sofreriam nenhuma paralisação do Minha casa, minha vida, que ele iria continuar andando normalmente, então para você ter uma ideia, dos 200, 70 já estavam reservados para o Copo do Povo, uma parte, que é um projeto do Minha Casa, Minha Vida Entidades, me ajuda aqui, para eu lembrar do outro. **Sr. Marsura** - 800 unidades. **Sr. João Farias** - 800 unidades e a Copo do Povo que são 2600 unidades. **Sra. Samira** - Então era para a Copo do povo... **Sr. João Farias** - Então, para esses, já inclusive, já estava depositado na Caixa Econômica Federal aproximadamente 70 milhões, que era para atender esses projetos, que estão parados, aguardando que o governo federal retome. Os outros 130 seriam colocados em projetos novos do Minha Casa, Minha Vida, que tinha expectativa de ocorrer em 2019, seja de entidades, ou seja, de algum empreendimento da Prefeitura ou da COHAB. A carência com o Santander, é até agosto. O que isso significa? Que se esses recursos não estiverem aportados ou direcionados para o empreendimento de construção de habitação de interesse social até agosto, além de eu perder o empréstimo, vago 1 milhão de multa para o Santander. Então que o nós fizemos, nós estamos tentando salvar esse recurso para a construção de unidades novas, nós mudamos a lei na câmara, aumentando o aporte da Prefeitura de 20 mil para até 120 mil em unidade de habitação de interesse social faixa 1 e estamos solicitando ao governo federal, a validação de 3 chamamentos que foram feitos em 2015, na Zona Leste, que já tem projeto executivo pronto, já tem área. **Sra. Samira** - Quais são esses? **Sr. João Farias** - Só aproveitando o projeto, são em Itaquera, fala o nome dele. **Sr. Marsura** - 960 mil. **Sr. João Farias** - Fala o nome do projeto, você lembra? **Sr. Marsura** - Bauru, Lajeado e Forte do Rio Negro. **Sr. João Farias** - Bauru é um, Lajeado é outro e Forte do Rio Negro. **Sr. Marsura** - Um é em Guaianazes e o outro são em Itaquera. **Sr. João Farias** - Se conseguirmos reativar esses 3 chamamentos, tenho condições de produzir mais 1568 novas unidades, utilizando o recurso do Santander, tendo a Prefeitura como majoritária no aporte para a construção, invertendo a lógica, ao invés de ser a Caixa Econômica Federal, a Prefeitura que vai ser a maior apuradora do recurso. Qual que é o problema? A Caixa e o ministério da cidade estão esperando um parecer da AGU, no sentido de verificar a legalidade da Caixa aceitar a inversão do banco com a Prefeitura, porque na verdade é de fato uma inversão, hoje a Caixa entra com 96, o Governo entra com 20 da Casa Paulistana, o Governo Estadual entra com 20 da Casa Paulista. Estou fazendo o inverso, vou entrar com quase 100, o governo estadual vai entrar com 20 e a Caixa a priori, se precisar, não entra nem com nada. **Sr. Marsura** - 16. **Sr. João Farias** - É, estão pedindo 16, mas se ela falar eu aprovo, mas não entro com nada, mesmo assim aceitamos para poder produzir essas unidades. **Sra. Samira** - É sobre o Santander. É que eu nunca tinha ouvido falar de empréstimo, assim, depois que eu tinha anotado, fui olhar, eu fiquei surpresa, isso é comum de acontecer? Porque eu nunca tinha ouvido falar de um empréstimo assim, de banco privado para produção habitacional. **Sr. João Farias** - Veja, é possível fazer, o que você precisa, você precisa ter objeto definido, ele não pode ser empréstimo subjetivo, não posso pegar, vou pegar 500 milhões do Bradesco e vou espalhar pelos orçamentos de várias Secretarias, até posso, se eu estabelecer, vou pegar 500, 100 milhões é para habitação, outros 100 milhões é para a saúde, tenho que ter aprovação legislativa. Não posso fazer um empréstimo desses, sem que a Câmara Municipal me autorize, por isso que teve projeto de lei na Câmara, para aprovar o empréstimo com o Santander. Foi uma ação que chegou num momento muito positivo para a Prefeitura, que tinha uma expectativa muito boa de continuidade de projetos, tinham vários projetos, no FDS inclusive, em discussão em Brasília. A Prefeitura ia precisar aportar nesses projetos, até para que ele se viabilizasse e tinha o Santander oferecendo recursos com uma carência bastante razoável para o município. O que ninguém esperava, é que ia chegar em 2019 e iam ter essa confusão que vocês estão acompanhando. **Sra. Samira** - Só mais uma dúvida: De quando é o empréstimo? **Sr. João Farias** - 2018. **Sr. Eduardo** - Tinha vários empréstimos, tinha para saúde, tinha para transporte e tinha um valor para habitação. **Sr. João Farias** - Dona Tereza, era isso? **Sra. Tereza**: Posso falar? Então vamos lá, estamos no Conselho, vemos cada coisa, é lamentável as coisas que acontecem dentro das Secretarias, não é Secretário? E lamentamos das vezes, viemos com tanta responsabilidade a construir isso e levar a mensagem da Secretaria de habitação para as regiões de São Paulo, do conhecimento do Secretário e o trabalho do Secretário que é feito dentro das Secretarias, porque não somos qualquer um que vem aqui só para discutir com vocês qual é a meta, acho que nós vamos muito mais além do que uma meta e quando vejo isso publicado no diário oficial, o que aconteceu no ano passado, com o problema do pessoal que veio aqui, que são do Quaresma e hoje vejo o senhor falando esse tipo de coisa, não estou falando que é a responsabilidade do senhor, nós todos que sentamos aqui, que fomos eleitos no Conselho, temos responsabilidades, pode ser o Secretário que for nunca nem perguntamos qual que é a sua religião, qual que é o seu partido Secretário e de nenhum Secretário que vem aqui, mas nós temos que ter responsabilidade com as famílias que vem aqui, com as demandas das regiões, lamento muito, mas quero sentar com o senhor para revermos isso, não como a Tereza do Conselho, como a Tereza das Associações dos movimentos populares e a Central dos movimentos populares, quero sentar com vocês e discutir isso, é sério, não no Conselho, mas quero discutir pessoalmente com vocês, como sociedade civil, quero dizer uma coisa que vimos na colocação que foi colocada no quadro e falar da regulação fundiária e falar das metas, quero passar para vocês que esses dias esteve com as famílias que estão sendo atendidas com o auxílio aluguel da nossa região, acompanhei desde o processo, a última reunião foi na segunda-feira, que vão ser atendidos no prédio da COHAB, porque eu vinha acompanhando esses trâmites desta área na Anchieta, porque vai indo para o auxílio aluguel 188 famílias da nossa região que vai ser atendido lá e acompanhei essa semana o trabalho da SEHAB Sudeste e o povo está todo feliz, então estamos acompanhando esse

processo lá. Quería perguntar para o Secretário se essa demanda também está na sua meta? **Sr. João Farias** -- Qual? **Sra. Tereza**- A meta do prédio da Anchieta, que vai atender COHAB e auxílio aluguel. **Sr. João Farias** - Está no programa de metas também, da Anchieta. Está no programa de metas. **Sra. Tereza**- Quando você coloca aqui uma demanda do Heliópolis também, hoje resolvi falar do meu umbigo também, como somos conselheiros da cidade e não somos conselheiros do umbigo, mas como as coisas estão apontando para a nossa região, também quero acompanhar esse processo, quando falo assim, prioridade, aonde vai ser a prioridade nos próximos recursos? Quando falo de conselheira da cidade, falo de prioridade para toda a cidade, quando o senhor está discutindo com a COHAB ou em outros lugares da Zona Leste, acho que seria legal, como proposta técnica e política, nós como conselheiros e estamos aqui ou não conselheiros, que acompanhássemos esse processo junto com vocês, para não acontecer o que aconteceu com o Quaresma, não pode acontecer esse tipo de coisa dentro desse Conselho que é respeitado fora e dentro de São Paulo, é visto como o melhor Conselho, não é isso Ana? **Sra. Ana**- Sim. **Sra. Tereza**- Respeitado, e deixar acontecer um tipo de coisa que está acontecendo dentro desse Conselho, sou da Executiva e quero respeito e quero que veja como que vamos caminhar de hoje em diante senhor Secretário, te respeito muito e respeitei muito os Secretários que aqui passaram. **Sr. João Farias** -- Dona Tereza, acho que essa discussão do Quaresma para mim, já é uma discussão superada. **Sra. Tereza**- Pra mim não está. **Sr. João Farias** - Veja, do que foi feito, não estou dizendo que é superada a questão das famílias do Quaresma, são coisas distintas, a família do Quaresma, vou me dispor a sentar a qualquer momento para tentar encontrar uma saída para ela e como todas as outras que estão aguardando para atendimento habitacional, o que digo que está superado, é a história do por que que foi a família do São Francisco para o Chafariz de Pedra e não as famílias do Quaresma, é isso que estou dizendo que está superado, porque é aquela explicação que já dei e não preciso repetir aqui. O Anchieta A e B, estamos falando de 376 unidades ao final, nele, lá é 50% de demanda da COHAB, que é demanda aberta e 50% de demanda da Secretaria de Habitação, que é demanda de área de risco, gente que está de auxílio aluguel, porque foi removido de área de risco e está aguardando atendimento, e estou a disposição da nossa para conversamos. Quero dizer que respeitamos muito o Conselho Municipal de Habitação, ele tem um papel fundamental, não só ele, como todo e qualquer outro Conselho que tem no município, que tenha a participação da população, hoje me reuni com o Conselho Gestor da Operação Urbana Agua Branca, semana passada tive com o Conselho Gestor do Quero Looks. Ou seja, ele está se reunindo constantemente com os vários organismos de participação que tem na cidade, além de estar recebendo diversas entidades do Movimento de Moradia de São Paulo, hora representados por entidades, hora movimentos que vêm acompanhados por parlamentares, o que mais faço aqui no meu cotidiano, é estar atendendo lideranças do Movimento de Moradia, pessoas que lutam pela causa de habitação e vou continuar falando isso. E agora, às vezes pareço muito bravo, porque sou meio contundente, é porque sou assim, sou muito objetivo, não tenho dificuldade de falar, não é não, sim é sim e não tenho a dificuldade de falar a verdade. Essa história do Quaresma, é uma história que ficou meio confusa, mas é muito objetivo, não atendemos porque não podíamos atender, se pudesse atender, tinha atendido, não tem mistério. **Sra. Tereza**- Vamos discutir. **Sr. João Farias** - Não, podemos discutir aonde será atendido, porque posso dizer para a senhora, que não adianta discutirmos ser atendido no PAC. **Sra. Tereza**- Não, o senhor não precisa me responder hoje, mas na próxima reunião. **Sr. João Farias** - Pois não, Vanessa. **Sra. Vanessa** - Quería falar, não sou conselheira, mas queria fazer um...**Sr. João Farias** - Mas abro uma exceção, você é a nossa diretora, deixo você falar, pronto. **Sra. Vanessa**- Boa tarde a todos, meu nome é Vanessa. Primeiramente, queria falar dessa história do Quaresma Delgado, não só do Quaresma, mas como todas as áreas, acho que a criterização das áreas que serão atendidas, elas precisam ser esclarecidas e como elas serão esclarecidas no sistema? Por quê? Não adianta eu falar que o Quaresma Delgado vai ser atendido no lugar A ou B, ele existe como risco, existe como família a ser atendida, mas ele não tem uma demanda vinculada a ele, para que eu possa fazer esse atendimento, então assim, entendo o pleito de vocês, estou falando como DEPLAN, como SEHAB, o pleito de vocês como atendimento é legítimo, mas a vinculação dessa demanda não foi discutida dentro de um parâmetro coerente, peço desculpa para vocês, mas não existe, o cronograma que foi apresentado na última reunião em que eu apresentei o cronograma, estamos terminando as vinculações frente ao que já temos de empreendimentos, porque não adianta eu falar que vai João, vai Eduardo, vai Fulano, Cicrano, Beltrano para a unidade X, sendo que tem vários programas do Minha Casa, Minha Vida que não tenho mais para aonde levar, tem empreendimentos que não vão sair, não tem recurso, então assim, estamos o Secretário, Secretário adjunto, eles estão buscando recurso para que possamos viabilizar junto com obras, os empreendimentos que estão parados, mas não adianta esperarmos, sendo que não tem para aonde levar hoje, hoje estamos fazendo um esforço junto com todas as DTSS, que são os trabalhos sociais do Sudeste, Leste, Sul, Extremo Sul, para determinar para aonde vão as demandas hoje, que já estão vinculadas e o plano diretor estratégico foi aprovado, o PMH hoje, vai ser discutido, dentro do PMH, existem as análises por quadrênio, que serão apontadas as prioridades, no primeiro PMH que foi aprovado até 2012, existiam as micro bacias, os atendimentos por micro bacias com relação a risco e a isso foi abarcado dentro do PMH hoje, em discussão, em que o PMH vai ser tratado por quadrênio, dentro do plurianual, então você vai ter um orçamento a ser atendido e isso vai ser discutido. Então o momento que o PMH for aprovado, vamos poder fazer a elegibilidade e o atendimento das famílias, falar assim, a família tal, dentro do quadrênio tal, é possível de ser atendida, mas isso dentro do entendimento da área que ela está atendida, que chamamos de núcleo habitado, que é dentro do Habita Sampa, Heliópolis, Quaresma Delgado, Ponte dos Remédios, Jaguaré, essas demandas vão ser dentro de um critério de elegibilidade, para que isso não volte acontecer. **Sra. Fátima**- Só uma questão aqui, primeiro, não sou conselheira do Quaresma Delgado, sou conselheira municipal da cidade de São Paulo. Então estamos tanto defendendo aqui eles, como se fosse qualquer outra demanda, como também veio aqui, o pessoal do Diogo Pires, outras demandas que vieram aqui, então para deixar bem claro isso. Está bom? **Sra. Vanessa** - É que estou falando no geral. **Sr. Eduardo** - Mais alguma questão? Depois desse debate. **Sr. João Farias** - Mais alguma questão que não esteja na pauta? **Sra. Samira**- Não, voltando para a pauta, só para lembrar vocês de nos passarem as informações para nós referente a todas as metas. Não só da produção de unidade. **Sr. João Farias** - Está certo. Antes de você entrar no Item 3, Dudu, preciso me retirar, você vai tocar aqui. Só pedir para a Fátima quando acabar aqui, você sobe lá para falar com a Graça para pegar a data. **Sra. Fátima**- Sim. **Sr. João Farias** - Gente, boa tarde a todos. **Sr. Eduardo** - Então, próximo ponto de pauta. **Sra. Ana** - Próximo ponto é o Item 3, proposta de criação de grupo de trabalho no âmbito do CMH, para estudar e debater programas habitacionais no âmbito do município de São Paulo, tais como: Parceria Pública Privada - Entidades, programa de locação social e outros, Secretário Eduardo. **Sr. Eduardo**- Não, acho que a proposta pra mim é autoexplicativa, já temos experiência aqui no Conselho, de realização de vários grupos para tratar de questões de interesse, gostaríamos que o Conselho já participasse desde o processo de elaboração, então nesse sentido que achamos que o grupo vai nos ajudar, até a Conferência municipal, já de lançar programas e legislações que sejam mais perenes e que nos ajude no ordenamento das políticas habita-

cionais, aqui no município de São Paulo. Então o esforço é isso, precisamos ampliar o número de programas, só estávamos com Minha casa, Minha Vida, como grande esteio, com essa questão que não está clara, porque o problema do Governo Federal hoje não é só um problema de recurso, é que o fim do Ministério das Cidades, isso ficou bastante desarticulado do ponto de vista de Governo. Nós estamos enfrentando problema até de, presta conta. Mas presta conta para quem? Quem assina? Para quem você manda? Quer dizer, houve uma desorganização global. Se chegar o recurso hoje, o Ministério vai ter dificuldade de tocar os processos pela desorganização que houve destruturação de vários mecanismos que existia quando você tinha o Ministério das Cidades e hoje não está bem claro quem faz o que e como faz. Então nós estamos buscando aprovação do PMH, nós também chamamos os Conselheiros e estamos colocando para que isso seja, já tinha uma primeira Audiência Pública, mas caiu no dia 14, no mesmo dia da grave geral, e até por solicitação dos Conselheiros aqui, nós solicitamos, também entramos em contato com a Câmara para que houvesse uma modificação de data, porque isso vai nos levar, esse debate só inicia em agosto, isso até ponderamos também na reunião com o pessoal, que o adiamento ia ser ter essa consequência.

Mas queremos retomar então essa questão do Plano Municipal de Habitação, de novos programas aqui no âmbito da discussão do Conselho com a Secretaria. E que tudo isso consigamos ter um relançamento dos programas habitacionais de São Paulo, e a Conferência vai ser um espaço importante para que isso fique, independente de Governo tenha uma perenidade e sejam políticas que se desdobrem e dê segurança o que vai ser feito na cidade de São Paulo com relação à habitação. **Sra. Ana** - Secretário, complementando então a sua fala, entendo que na próxima reunião de sexta-feira, dia 28, onde o ponto de pauta central são as respostas que o Reinaldo lapequino vem aqui dar aos Conselheiros que fizeram os questionamentos sobre a PPP da Habitação Municipal, vocês receberam ou estão recebendo e receberem por e-mail essa convocatória para sexta-feira às 10h00 da manhã, que é a Reunião Extraordinária. Nós vamos então tratar dessa proposta de criação de grupo e informar aos Conselheiros, que aqueles que tiverem interesse na abertura de um GT para tratar de tudo quanto for tipo de programa habitacional que nos mandem as inscrições através do e-mail da Secretaria Executiva. E também se assinatura da Portaria, fruto do resultado do trabalho deste GT de regularização fundiária, que o primeiro produto deste GT foi a proposta desta Portaria, e que o Secretário irá assinar nessa oportunidade. É isso. **Sr. Eduardo** - Quería também dizer que a Comissão Executiva, se vamos tratar de todas essas questões, nós queremos intensificar as reuniões da Comissão Executiva. Porque nesse período entre as reuniões mais gerais do Conselho, a Comissão Executiva vai ser um ponto de apoio importante para que possamos ir organizando e preparar essas questões. Então já falei com a Ana, apresentamos um calendário de reuniões, mas nós não estamos querendo tratar só com uma reunião a cada dois meses, queremos ter o maior número de reuniões com a Comissão Executiva para que possamos dar conta dessa pauta, e tratando de problemas quando eles vão surgindo. **Sra. Fátima** - A proposta é que mude o calendário que nós já temos. É isso? **Sr. Eduardo** - Isso, nós vamos apresentar um novo calendário da Comissão Executiva. Se tiver essa disposição gostaríamos de intensificar, justamente para que não vá ficando problemas e uma parte das questões não sejam todas levadas para a reunião do Conselho como um todo. O que pudermos resolver no âmbito da Comissão Executiva, então entendo como uma valorização também do próprio papel da Comissão. **Sra. Samira** - Prefiro que pautas mais densas, mais polêmicas continuem no CMH como um todo. Acho que aqui podemos deixar até umas coisas mais simples, mais operacionais mesmo. **Sr. Eduardo** - Isso. **Sra. Samira** - As pautas mais importantes, é importante que fiquem no CMH. **Sr. Eduardo** - Não é detrimen- to do Conselho, é do ponto de vista da ampliação da participação. **Sr. Álvaro** - Boa tarde Álvaro. Acredito se na Comissão Executiva nós conseguirmos trazer para o Conselho alguma coisa mais objetiva, nós vamos conseguir objetivar, ao invés de ficar debatendo aqui todos os detalhes, a Comissão Executiva debate e já traz uma coisa mais traçada, mais objetiva. Ai o Conselho na pior hipótese simplesmente vai endossar o que a Comissão Executiva está fazendo ou reprovar. E acrescentar, que é importante. **Sr. Fátima** - Ou se caso não conseguirmos avançar na Comissão Executiva, que leve também no Conselho Pleno. **Sr. Eduardo** - O centro da deliberação continua sendo o Conselho Municipal, isso não está em questionamento. Agora se nós pudermos ter na Comissão Executiva um trabalho... **Sra. Ana** - Preparatório. **Sr. Eduardo** - Não só de preparação, mas também de apresentação de várias questões que estão acontecendo às vezes no grupo temático e não tem o acompanhamento por parte de vocês. Apesar de que de vários vocês participam também de grupos temáticos. Mas fica uma visão muito fragmentada do conjunto das ações que estão sendo tratadas. Então a ideia é que com o Conselho e com a Comissão Executiva, consigamos ter uma universalização e uma clareza maior do que está se encaminhando. Acho que isso é uma coisa que ajuda os Conselheiros, e ajuda depois no nosso próprio trabalho inteiro. Porque a nossa ideia é de começar produzir o maior de decisões, vamos ser chamados a produzir o maior número de decisões na Secretaria. Para a coisa não aparecer daqui a 60 dias um problema que aconteceu há dois meses, que a Comissão Executiva pode ir cumprindo esse papel, já que é difícil chamar o Conselho com uma maior, pelo número de pessoas que estão envolvidas nesse processo de valorização do trabalho da Comissão Executiva. Então apresentamos uma proposta e aí podemos chamar inclusive uma próxima reunião, vamos ver a data, mas aí tratamos dessa pauta. E a ideia é essa, a nossa ideia é chamar a conferência, ver se conseguimos planejar em novembro. Quem vai querer participar, isso vai gerar um movimento razoável. **Sra. Fátima** - Nós participamos do GT da Conferência e ficou coisa que tinha determinado pela Secretaria trazer para nós os pontos. Nós encaminhamos um processo, estamos aguardando a resposta do Secretário. **Sr. Eduardo** - É que parecia que existia uma dúvida sobre fazer ou não fazer a Conferência. E já tem um tempo grande, aconteceu a última, ocorreram um conjunto de reformulações de políticas. Agora acho que o novo momento que está se vivendo exige um debate mais aprofundado em torno disso. E acho que São Paulo com a Conferência pode dar uma importante sinalização dos rumos de políticas habitacionais dentro dessa nova situação política e administrativa que estamos enfrentando. Agradece e encerra a Sessão.

SGAF - SUPERVISÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2017-0.073.996-0 À vista do que consta neste processo administrativo e das manifestações técnicas que acolho, e no uso das atribuições a mim delegadas pela Portaria 63/2019-SEHAB AUTORIZO a emissão de nota de reserva com transferência, para a Unidade 21.10, no valor de R\$ 165.912,00 (cento e sessenta e cinco mil, novecentos e doze reais), conforme fl.(s) 57, para pagamento da desapropriação do imóvel situado a Rua Antonio Julio dos Santos, 683 – SQL 171.025.0031-8 – Plano de Urbanização e Canalização do Córrego Jardim Colombo, aprovado pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB Resolução 002/2019 do onerando a dotação nº 98.14.16.451.3002.3354.44905100-08.

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

PROCESSO Nº 6210.2018/0001017-4

DESPACHO AUTORIZATÓRIO RETIFICAÇÃO

I - Fica retificado o despacho publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 23/08/2019 página 22.

Onde se lê: "À vista dos elementos constantes ... início da vigência: 29/10/2019 e 166/2019-HSPM, objeto: fornecimento de MATERIAL PARA O SERVIÇO TÉCNICO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA DO HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (HSPM), detentora: J BRILHANTE COMERCIAL LTDA-EPP (CNPJ: 06.910.908/0001-19), início da vigência: 29/10/2019".

Leia-se: "

À vista dos elementos constantes ... início da vigência: 29/10/2019 e 166/2018-HSPM, objeto: fornecimento de MATERIAL PARA O SERVIÇO TÉCNICO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA DO HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (HSPM), detentora: J BRILHANTE COMERCIAL LTDA-EPP (CNPJ: 06.910.908/0001-19), início da vigência: 29/10/2019".

II -Publique-se.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: 6210.2019/0002346-4 HSPM. Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO – APAE-SP.Objeto: Realização do teste do pezinho básico.. Prazo: 12 (doze) meses a partir de 21/08/2019.

DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO

NOTIFICAÇÕES

PROCESSO Nº 6210.2019/0006257-5

Em virtude do atraso na entrega do produto discriminado na Nota Fiscal nº 3023, a empresa MERCANTIL BARRETO COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES E SUPRIMENTOS LTDA ME fica notificada que está na iminência de ser penalizada no importe de R\$ 6,57 (seis reais e cinquenta e sete centavos), que corresponde a 1% do valor da referida Nota Fiscal, com base na Cláusula Oitava – Das Penalidades, item 8.1, subitem 8.1.3 da ATA de Registro de Preço nº 214/2018 – SMS.G, Processo nº 6210.2019/0006257-5.

Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para Defesa Prévia, a qual poderá ser enviada para o e-mail hspmprotocolo@hspm.sp.gov.br ou protocolada pessoalmente junto à Seção de Protocolo, Distribuição e Arquivo desta Autarquia, na Rua Castro Alves nº 60, 2º andar – Aclimação – São Paulo/SP.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

ATA N.º 05/2019 – 5ª SESSÃO ORDINÁRIA

As 21 dias do mês de agosto de 2019, reuniram-se sob a Presidência do Sr. Everaldo França, os membros do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo – IPREM abaixo assinados, na sede do Instituto, sito na Avenida Zaki Narchi, nº 536, Vila Guilherme. 01: Tratativas da Reunião: a) Foi sugerido pelo Superintendente que se agendassem datas mensais até dezembro/2019 para realização das próximas reuniões; o presidente do Conselho sugeriu então, que sejam realizadas as reuniões nos dias 19/09; 23/10; 26/11 e 18/12/2019; b) O Superintendente abordou a questão dos imóveis adjudicados e informou que será feita a contratação da empresa CPOS, que irá avaliá-los e que a venda poderá ser feita sem autorização legislativa, mediante licitação; comentou ainda sobre as providências que estão sendo tomadas sobre os imóveis invadidos e em situação mais complicada; c) quanto aos imóveis recebíveis em dação em pagamento, no caso de dois deles, Casa Amarela e José Bonifácio, está sendo providenciada a retomada via judicial; o Conselheiro André questionou se não corremos o risco de ficarmos com um problema com relação a esses imóveis retomados e que estão invadidos; o Conselho então, solicitou providências no sentido de oficiar o Procurador Geral do Município quanto à propositura de ações de reintegração de posse; à Defesa Civil quanto às condições dos imóveis e à Comissão de Avaliação constituída pela Portaria/PREF nº 28 de 18/01/2018 quanto à transferência definitiva dos imóveis para a PMSP e à Superintendência do IPREM quanto ao envio de equipe técnica para constatar as condições dos imóveis; d) a Conselheira Rosalina pediu esclarecimentos sobre o Comitê Gestor do RPC e em resposta, o Superintendente esclareceu que foi criado um comitê paritário (com 4 membros escolhidos pela administração entre os membros do Conselho Fiscal e Deliberativo do IPREM e outros 04 indicados pelo patrocinador); a Conselheira Rosalina registrou seu protesto sobre a forma com que se deu a criação deste Comitê, se referindo à falta de transparência e diálogo por parte da Administração atual revelando desta forma, um autoritarismo e descaso como o atual governo trata os servidores públicos; e) o Conselheiro José Carlos questionou sobre a realização do curso CPA-10, ao que o Superintendente informou que a contratação está em andamento; f) o Conselheiro Marcos questionou sobre a reforma da Previdência, se irá afetar o município e o Superintendente esclareceu acerca da questão da inclusão de estados e municípios nesta reforma; g) O Superintendente expôs a evolução da receita após a implementação da Lei 17020/18 com a nova contribuição para 14%, que estimou a receita oriunda do servidor em R\$ 1.876.741.638,00 contra os R\$ 1.471.184.352,00 orçados anteriormente, representando uma diferença de R\$ 405.557.286,00 que a Prefeitura deixará de repassar para o Instituto em 2019; g) quanto ao déficit atuarial o novo estudo entregue em julho/2019 demonstrou que este estabilizou-se na casa dos R\$ 162 bilhões.

A próxima reunião ordinária do Conselho está agendada para o dia 19/09/2019. Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a Sessão da qual eu, Helena da Cunha, digitei e assino com os membros presentes do Conselho.

BENEFÍCIOS

EXTINÇÃO DE PENSÃO

6310.2019/0001562-7 - PAULO CELSO DE MOURA SILVA - À vista das informações e com base no artigo 21, I e parágrafo único do artigo 22, todos da Lei nº 15.080/2009, JULGO EXTINTA a pensão, a partir de 07/04/2019.

6310.2019/0001563-5 - JOSÉ LUIZ DE ALMEIDA - À vista das informações e com base no artigo 21, I e parágrafo único do artigo 22, todos da Lei nº 15.080/2009, JULGO EXTINTA a pensão, a partir de 23/04/2019.

6310.2019/0001572-4 - LUIZ GARCIA - À vista das informações e com base no artigo 21, I e parágrafo único do artigo 22, todos da Lei nº 15.080/2009, JULGO EXTINTA a pensão, a partir de 05/03/2019.

6310.2019/0001761-1 - MARIA RITA MONTEIRO BAPTISTA - À vista das informações e com base no artigo 16, I e parágrafo único do artigo 17, todos da Lei nº 10.828/90, JULGO EXTINTA a pensão, a partir de 25/05/2019.

6310.2019/0001839-1 - DIRCE SALVADOR HIDALGO - À vista das informações e com base no artigo 23, I e parágrafo único do artigo 24, todos da Lei nº 9.157/80, JULGO EXTINTA a pensão, a partir de 28/05/2019.